UMA CONSTRUÇÃO CADA VEZ MAIS FORMALIZADA

As empresas – em especial as maiores – passaram a responder pela maior parte do valor adicionado da construção, deixando para trás a informalidade

Ana Maria Castelo, Alexandre Guazzelli e Sergio Bandeira

ALGUNS números falam por si e dispensam adjetivos, como é caso do crescimento do PIB da construção em 2009. A consolidação dos números definitivos das Contas Nacionais mostrou que o PIB do setor da construção naquele ano foi de R$ 146,8 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 16% na comparação com 2008. Desconsiderando a elevação de preços setoriais medida pelo INCC-DI médio do ano, os números indicam que em 2009, ano de maior impacto da crise econômico-financeira mundial, o PIB da construção registrou crescimento real de 8,3% na comparação com 2008.

O resultado do PIB reflete o desempenho dos diversos agentes que participam do setor: empresas formalmente constituídas, empresas informais, profissionais autônomos, entre outros. No entanto, se o resultado definitivo do PIB de 2009 surpreendeu, os números das empresas formais mostram desempenho muito superior à média do setor. O PIB gerado por essas empresas cresceu 20,7% em 2009 – também desconsiderando a elevação de preços setoriais medida pelo INCC-DI médio do ano. O resultado consolidado de 2009 indica que as empresas vivenciaram a continuidade do ciclo de crescimento dos anos anteriores.

Vale observar que, nos últimos seis anos, em apenas dois deles – 2005 e 2008 – o crescimento do PIB das empresas ficou abaixo do PIB médio do setor. Desde 2003, o setor experimentou expansão de 34% do valor adicionado (produto), enquanto as empresas praticamente dobraram o valor adicionado – aumento de 99%, acima do INCC-DI.

A diferença de desempenho revela um modelo de desenvolvimento amparado claramente na produção formal. E o resultado é que as empresas ampliaram sua participação no PIB setorial, com reflexos positivos na qualidade dos postos de emprego gerados, na produtividade do setor, no acesso ao crédito e na realização de investimentos, além de beneficiar a arrecadação de tributos.

Evolução recente

O crescimento econômico da construção oscilou bastante nas duas últimas décadas, mas a partir de 2004 o setor passou a sustentar taxas crescentes de expansão do produto.

No que diz respeito às empresas, podem-se identificar duas fases distintas nesses últimos sete anos. A primeira que vai de 2004 a 2006, é quando ocorreram mudanças institucionais (Lei 10.931/04, em complemento à Lei 9.514/97) que serviram de fundamento para o período de maior crescimento do setor formal. O segundo período se inicia em 2006, com a consolidação das mudanças e forte expansão dos recursos para o mercado imobiliário e de infraestrutura. É nessa fase que se dá a criação de programas como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, que propiciaram um horizonte de maior previsibilidade aos investimentos e que permitiram que empresas do setor tivessem resultados mais expressivos. Junte-se a isso a acelerada expansão do crédito imobiliário e o importante crescimento da renda das famílias e estão postas as condições que alavancaram os negócios das empresas de construção.

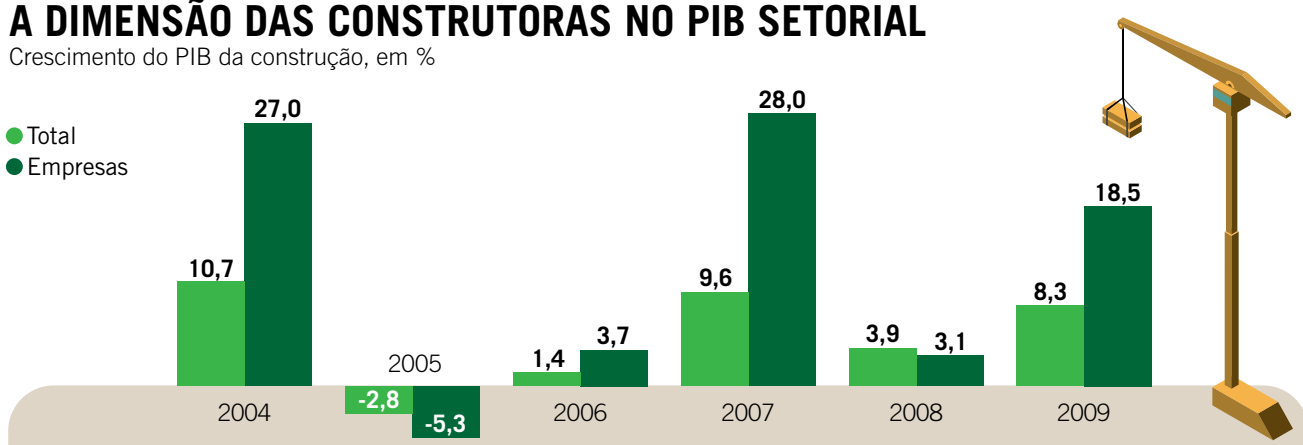
É importante observar que o período imediatamente anterior – 2001 a 2003 – foram anos de retração e encolhimento do investimento. Em 2003, a taxa de investimento do país atingiu 15,3%. O PIB da construção somou R$ 109,1 bilhões em valores de 2009 e as empresas formalmente constituídas responderam por apenas 43,8% desse total, ou R$ 47,8 bilhões em valores de 2009.

Em 2009, a taxa de investimento passou para 18,1% do PIB. O PIB da construção to-

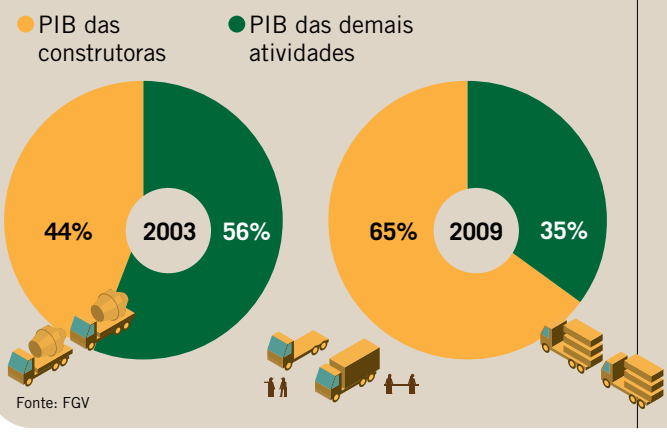
"Os dados revelam um modelo de desenvolvimento amparado claramente na produção formal da construção. Nos últimos sete anos, houve aumento da participação das empresas no PIB setorial, com reflexos bastante importantes no mercado de trabalho e na arrecadação tributária"

A DIMENSÃO DAS CONSTRUTORAS NO PIB SETORIAL

Crescimento do PIB da construção, em %

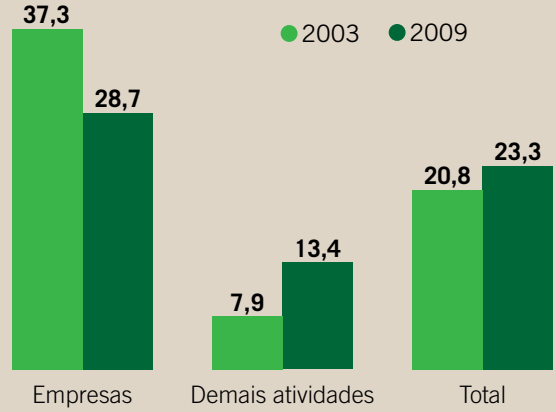


Participação das empresas no PIB setorial



Fonte: FGV

Carga tributária na construção / VA



talizou R$ 146,8 bilhões e o valor adicionado das empresas formais de construção somou R$ 95 bilhões, o que correspondeu a 63,5% do produto do setor em seu conjunto. Ou seja, as empresas tiveram participação majoritária na geração de renda do setor.

Essa mudança de composição foi acompanhada de importantes transformações no mercado de trabalho setorial. Entre 2003 e 2009, de cada três novos postos de trabalho abertos no setor da construção, dois foram com registro em carteira. Em 2003, apenas 19,5% dos trabalhadores da construção possuíam vínculo formal de emprego (com registro em carteira de trabalho). Em 2009, esse indicador de formalidade chegou a 30,1% da mão de obra.

De todo modo, vale observar que, se a maior parte do valor adicionado advém das empresas, ainda é a produção por autogestão que responde pela maior parcela da ocupação – 70% e o número de trabalhadores com carteira na construção ainda é relativamente reduzido na comparação com a média da economia, que atingiu 47% em 2009.

Um aspecto a ser destacado do crescimento desse período é o modo como ele atingiu empresas de diferentes portes. As empresas maiores, com 30 ou mais pessoas ocupadas, apresentaram resultados superiores. Entre 2003 e 2009, o valor adicionado por essas empresas registrou alta de 159%, enquanto o das empresas com 5 a 29 elevou-se 54%.

Arrecadação e carga tributária

Ao longo desses anos, além da expansão do crédito o setor foi favorecido por importantes medidas de desoneração tributária. Houve a instituição do Regime Especial de Tributação para as obras do MCMV. Houve ainda o fim da CPMF e reduções nas alíquotas do IPI promovidas a partir de 2006.

Em contrapartida, deu-se a implantação do mecanismo de substituição tributária na cobrança do ICMS em alguns Estados. Assim, entre 2003 e 2009, ocorreu redução na carga tributária sobre as empresas, que passou de 37,3% do valor adicionado para 28,7%. No entanto, a despeito da desoneração promovida, o crescimento econômico do setor possibilitou aumento real da arrecadação gerada pelas empresas que, em 2009, atingiu R$ 27,32 bilhões, ou seja, crescimento de 78% acima do IPCA no período 2003 a 2009. Mas o menor crescimento do valor adicionado no segmento de produção por autogestão e autoconstrução e a instituição da substituição tributária levaram a um aumento da carga, que foi de 7,9% do valor adicionado em 2003 para 13,4% em 2009.